

BREVE TESE SOBRE A EVENTUALIDADE DO MONUMENTO

André Marcos Pereira⁶

“O monumento não é uma função da auto-referência do sujeito; ele é, antes de tudo, talvez inclusive do ponto de vista da antropologia cultural, um monumento fúnebre, feito para conservar o vestígio e a memória de alguém através dos tempos, mas para os outros”. (Gianni Vattimo)

A palavra historiador ainda costuma ser tributária de uma forte carga romântica. Ressalvadas as devidas proporções epistemológicas e metodológicas, esse romantismo continua a revestir a História de uma personalidade ontológica própria. O objetivo do presente Artigo é, pois, estabelecer uma crítica dessa concepção romântica, veiculando-a como discurso histórico objetivo, que permeia a construção da verdade metafísica. Nossa estratégia parte, assim, de um pressuposto básico, qual seja, a desmobilização do monumento enquanto entidade histórica-política destinada a legitimar um determinado contexto histórico.

Em termos históricos, a arqueologia *evenementélle*, nitidamente influenciada pelo romantismo e nacionalismo do séc. XIX, desenvolveu-se sob a sombra de grandes monumentos edificadas pelo homem. A título de exemplo nos reportaremos a *Schlleiman* e o evento da escavação de Tróia.

Ao fazermos referência a esse evento, destacamos que, naquele momento, o curioso não foi a descoberta de uma, mas, inversamente, de várias Tróias, estratigraficamente superpostas. De *Schlleiman* para o mundo ficou em suspenso, naquele momento, a seguinte incógnita: o que aconteceu com aquela Tróia única, majestosa, bela, expressão absoluta da verdade, de uma sumidade universal? *A priori*, podemos salientar que aquela Tróia se desmonumentalizou, bem como deixou,

⁶ Mestre em Integração Latino-Americana. Cap QCO e Professor de História no Colégio Militar de Belo Horizonte. E-mail: marcosandrevitch@gmail.com

em seus escombros, inúmeros problemas para serem escavados e recolocados na ordem do dia pelos arqueólogos.

A virtude e a ânsia do romantismo, frustrado naquele momento (o evento de *Schlleiman*), serviu para mostrar que a História é dúbia e se apresenta muitas vezes, para nosso próprio espanto, como o espectro de várias *histórias diferentes, em seu tipo, seu ritmo, seu modo de inscrição, histórias deslocadas, diferenciadas, etc.* (DERRIDA Jacques. *Posições*. Belo Horizonte. Autêntica. 2001. P. 65).

Esse léxico hermenêutico de DERRIDA, derivado (segundo o próprio autor) da crítica feita por Althusser ao modelo de História concebido por Hegel e Dilthey⁷, transcende a emergência do evento localizado e marginal, como categoria eternizante e, em conseqüência, desistoricizante. Assim, ao depararmos-nos com a acepção estrita do termo evento cabe-nos arremetê-lo, invariavelmente, a um determinado espaço-tempo onde sua historicidade possa ser concebida.

O sentido precisamente histórico do evento, fornecido por Vattimo ao tratar da verdade (*“a verdade não é uma estrutura metafísica permanente e imutável...a verdade é um evento”* (VATTIMO, Gianni. *O Fim da Modernidade*. Martins Fontes. 1996.), também nos fornece uma indicação muito clara e precisa do risco que se corre quando se submete a história diferenciada, localizada, etc à uma espécie de consenso, desconsiderando-se que este último pode ser fabricado e verberado pelo discurso histórico como verdade única, eterna.

A natureza do monumento, nesse sentido, é trans-histórica. Podemos dizer que, inicialmente, como discurso objetivo, liga-se ao exercício do poder político em sua forma mais primária. Essa forma,

⁷ (...) *É evidente que a crítica ao historicismo me parece também indispensável..., podemos criticar o historicismo em nome de outra coisa que não a verdade e a ciência (valor de universalidade, onitemporalidade, infinidade do valor, etc)? E o que ocorre com a ciência se colocou em questão o valor metafísico da verdade etc?... Repetirei, pois, para aqueles que (se) mistificam para tê-la facilmente à boca ou à mão, deixando a cargo dessa proposição e da forma de ser verbo todos os seus poderes disseminadores: a verdade é necessária [il faut la vérité]. É a lei..., é preciso reconhecer na verdade “o protótipo do fetiche”. Como se pode passar sem ela?* (DERRIDA..., p. 104/105).

entendida em um sentido moderno, remete-nos, de imediato, ao chamado tema *hobbesiano* da ordem.

Como entidade legítima de um aparato, aparelho de força material, sua essência hobbesiana reside justamente na capacidade do Estado em exercer a força. A questão que se coloca é: como o monumento sobrevive em duas acepções históricas e, ao mesmo tempo, contraditórias da política? A primeira, vinculada ao exercício da força e a segunda, concebida em sua forma genérica, verdadeira e solidária. Esta última, fundamentada no diálogo-ação que envolve dois ou mais *copains* imersos no mundo da *Pólis*, isto é, da cidade. Se tais *copains* procuram destrinchar o cerne das atividades humanas, investindo-as do sentido ontológico da verdade, resta-nos indagar: que impacto toma essa *aura* (política) do monumento sobre esses dois mundos aparentemente desnudos, trespassados forçosamente por essas duas nuances contraditórias da política: o exercício da força e o diálogo da alteridade.

A primeira nuance do monumento trata-se, grosso modo, do entendimento deste como guardião de espaços-tempos determinados, sob formas específicas de inscrição de sua História nessas descontinuidades. Sob a sombra de exércitos mantenedores da ordem, essa visão continua a atingir as tradições de historiadores e arqueólogos românticos. Tais exércitos, sejam eles de Tróia, Babilônia, Ítaca, Roma, etc, sublimam-se na égide tanto do conto épico quanto no relato douto. Como fontes depositárias do trabalho humano (observadas as suas mais distintas formas de abrangência), essas obras monumentais continuam a sobreviver.

Como primeira generalização temos: A acepção histórica desses monumentos é objetiva conquanto sua função torna-se objetivada na política do Estado.

Tais impérios e Estados se fundem, misturando-se aos monumentos e fazendo destes últimos seus próprios signos⁸. Qual sujeito não dirá, por exemplo a palavra *coliseum* sem tomar para si, como objeto, o imperativo historicamente consagrado de coliseu romano. Ambos se fundem em um mesmo objeto, fazendo referência a

⁸ Admite-se nesse caso, o princípio básico de Saussure, onde o signo é tido como o conjunto do significante e significado.

uma categoria histórica precisa. Na mesma esteira desse pensamento, que sujeito não relacionará tais monumentos a uma tradição vencedora: o triunfo Egípcio sobre os Hicsos, de Gregos sobre Persas ou de Romanos sobre as hordas bárbaras. Ao nos reportarmos à tradição ocidental, particularmente à Judaico-Cristã, não nos cumpre indagar a respeito da influência desses monumentos ditos *civilizacionais*, sobre os discursos historicamente desqualificados pela dominação ou pela guerra?

A faculdade política desses monumentos é, pois, transmutar-se nas tradições historicamente veneradas. E isso se torna tão intenso que, após a morte política desses mesmos impérios/Estados, eles continuam a subsistir em uma forma trans-histórica.

Desse modo, a elucidação do coletivo, a ênfase às descontinuidades (em detrimento das continuidades) e a ação repetitiva (que se imbuí ao trabalho), são deslocadas para o campo da marginalidade discursiva. O *verbum*, surgido dessa modalidade de ação é, assim, sistematizado no evento, fazendo com que tais continuidades “coletivas” se dispersem na bruma, no esquecimento, nas ruínas.

Tais questionamentos são essenciais, pois nos colocam frente a frente com a necessidade de se contemplar tais tradições “perdedoras”, com um discurso (tratamento) heurístico capaz de situá-las em uma conexão histórica, mais precisa e menos marginal.

Além de constatar esse léxico de relações binárias, estabelecidas no âmbito do discurso histórico que envolve civilizado x bárbaro, ocidental x oriental, vencedores x vencidos, etc, cumpre-nos formular uma segunda generalização: “A faculdade política do monumento desaparece com a morte do Estado, em outras palavras, se mortifica”.

Nesse processo (de mortificação) o monumento subsiste apenas enquanto entidade, desaparecendo sua função política objetivada na estrutura orgânica do Estado. Assim, reportando mais uma vez a Vattimo, temos: “*o monumento não é a obra em que se identificam sem resíduos, como queria Hegel, forma e conteúdo, interno e externo, idéia e manifestação, e que, como tal, representaria uma exemplo eminente de bem-sucedida realização da liberdade..., o monumento é, antes, o que dura na forma, já projetada como tal, da máscara fúnebre.* Tal premissa possui um sentido ainda mais preciso quando, associada ao

Estado, concebe este último como uma forma política precisamente histórica, opondo-se, assim, ao caráter eterno que lhe imbuíra Hegel ao auferir-lhe a condição de máxima realização do espírito humano.

Nesse sentido, cabe salientar primariamente que, quando construções ou discursos históricos (dentro de uma relação binária igualmente antagônica), investem o monumento de um sentido objetivo próprio, ou seja, o concebem como entidade de legitimação de um espaço-tempo historicamente situado, a elaboração de uma crítica dessa mesma nuance objetiva (do monumento) se torna essencial.

Como exemplos de tais investidas do discurso histórico-político, temos, além do romantismo do séc. XIX (estritamente vinculado o processo de consolidação das nacionalidades), a própria tradição do ocidente moderno e sua (*quase palpável*) identificação com os monumentos da arte e da política clássica grega.

Com base neste último exemplo, a crítica de *Nietzsche* à moral moderna (notadamente àquela situada no clássico *Para Além do Bem e do Mal*) é bastante ilustrativa. Nessa obra, o autor nos mostra a Grécia clássica em uma relação binária, mergulhada em uma contradição que subjaz ao mundo dionisíaco e apolíneo. Ocidentalizado, monumentalizado, o mundo moderno passa a ter em Apolo, na luz e na razão, uma faceta discursiva que vem legitimá-la historicamente.

Assim, dentro da crítica que o historiador e o arqueólogo fazem tanto do documento como do artefacto em si, surge a imperiosa necessidade de perceber que, quando reinvestido de uma legitimidade historicamente situada (conforme ex: *Nietzsche*), há que se situar o monumento não em sua forma exclusivamente legitimada pelo discurso histórico, mas, em sua transhistoricidade. Esse cuidado heurístico politiza o discurso científico, afastando-o da simples lógica de reprodução que se insere tanto no discurso histórico quanto no arqueológico. Em sua trans-historicidade, o monumento desloca-se do campo da reprodução histórico-política e insere-se no campo do diálogo da alteridade. Utilizando-se desse diálogo e, ao mesmo tempo, rompendo-se com o discurso sistematizado, torna-se possível dar voz aos atores marginais, derrotados e desqualificados.

Muitas vezes, esses monumentos também permanecem em ruínas, sendo gradualmente afetados por fatores naturais e antrópicos

que os levam à descaracterização e à destruição. Na marginalidade do discurso histórico-político, subsistem no silêncio de seus próprios escombros, como se quisessem fazer ecoar radicalmente o tilintar dos martelos e dos cinzeiros que lhe conferiram formas monumentais.

Ao reclamar essa historicidade, o monumento o faz, em sentido amplo, reivindicando assim, um discurso que seja capaz de rememorar próprio tempo. Essa rememoração, no sentido *benjaminiano* dessa palavra é capaz de integrar o sujeito em seu contexto histórico e cultural, isto é, em uma alegoria, onde a realidade histórica fragmentada e difusa do sujeito e das relações sociais que o envolve não se desvanece. Essa rememoração pode, assim, se constituir em uma força política exponencial, pois, ao mesmo tempo que identifica os rasgos, fissuras e derrotas coletivas, possibilita, além de novas interpretações, a formulação de estratégias políticas diferenciadas.

Nesse caso, (admitindo-se que a História orienta-se segundo uma relação binária), torna-se imperioso evitar que a identificação do passado possa conduzi-lo, invariavelmente, à compulsão em recriá-lo. Do contrário, a armadilha *diltheyana* do *Erfahrung* “experiência”, demonstraria que a busca universal da verdade possui apenas um léxico, qual seja, o da política do vencedor. Essa modalidade de política (negadora das relações binárias que lhe originaram), articula-se dialeticamente no contexto do discurso histórico moderno. Sua pretensão sublime e totalizadora possui um conseqüente de verdade que atinge o monumento em sua natureza fundamental (histórica). Sob esse ângulo, tal pretensão se torna destrutiva, pois surge da guerra ao mesmo tempo em que procura mascará-la em sua natureza sublime, totalizadora e universal.

Ao dar um tratamento empírico ao monumento, elevando-o à categoria de objeto, *o trabalho do historiador e do arqueólogo se fundem em uma perspectiva única sem perder a dimensão do maioritário e do coletivo*⁹. Segundo *Bucaille & Pesez*¹⁰, ambos podem apreender as sínteses sócio culturais presentes na fachada material do

⁹ (BUCAILLE Richard & PESEZ Jean-Marie. **CULTURA MATERIAL**. In: Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa. p. 19;21.

¹⁰ Idem.

monumento. Evidentemente, nesse tratamento, as modalidades de escolha e utilização técnica representam apenas rupturas, rasgos de uma produção social mais densa que se opõe à natureza do evento-verdade.

A ruptura radical nesse sentido, seria constituída pela negação política do monumento em sua acepção de verdade eterna, absoluta, historicizante. Apreendido apenas como categoria eventual, o monumento passaria a ser concebido como entidade depositária de distintas produções, técnicas, relações específicas, etc. Inserido em seu contexto histórico específico, não dissolveria a intrincada cadeia de relações que o legitimam como legado coletivo, nem tampouco se constituiria no evento-verdade que viria legitimar um discurso histórico determinado.

Não se trata, entretanto, de admitir que a aura política e eternizante do monumento deixe de se constituir em objeto de estudo. Ao contrário, sua escolha e relevância *a priori* é livre. Apenas sua conotação categórica de único objeto verdade tangível é que se dissolve em espiral. Além de reificar o discurso, essa forma absoluta compromete a tarefa de elucidação da totalidade histórica. Totalidade esta que se esboça na brevidade do fragmento, isto é, do resíduo eventual que subsiste em sua trans-historicidade.

A ruína, portanto, despedaçada e morta, preserva a *máscara fúnebre*. Facetada, múltipla e contraditória em si mesma, ela reclama uma historicidade que possa apreender seus processos ocultos, cuja função política fez mortificar.

Por outro lado, ela também causa um impacto transcendental nos mais distintos observadores, impacto este, devido, obviamente à sua elevação e grandeza, à sua *aura* monumental. De modo que, quando constatamos a realeza, a força e a grandiosidade de suas dimensões, somos levados a indagar quase que timidamente sobre as diferentes possibilidades e formas de trabalho ali depositadas. Como fonte depositária do trabalho humano, seus contornos e formas constituem-se em um legado coletivo, sendo a expressão mais pura de realização humana na matéria. Os demais quesitos de natureza política, histórica, etc, estão, obviamente inseridos em uma problemática muito mais ampla, a qual decorre, naturalmente, da inserção do monumento no discurso epistêmico dessas disciplinas.

O monumento expressa, assim, a natureza social e genérica da humanidade. Sua trans-historicidade reproduz-se, inclusive a partir desse eixo dialético formado, de um lado, pela natureza totalizadora do social (que dissolve as ações individuais criando um sentimento majoritário de pertença ao grupo) e, de outro, pela ação isolada que faz do monumento uma realização de si mesmo, do pai¹¹, resultando assim, na conformação de uma equação, cuja expressão vincula-se estreitamente à idéia de posse.

Na relação de contradição que envolve o monumento e o indivíduo isolado em uma trama social única, a dependência causal e, ao mesmo tempo existencial desses dois sujeitos, torna-se visível. Ao retomamos *Totem e Tabu*¹², de *Sigmund Freud*, percebemos que os membros do clã, ao santificarem o totem, também absorvem o monumento como representação de seus idealizadores. Essa representação, obviamente, transcende o próprio tempo em sua expressão Kantiana, isto é, o tempo constituído a partir do sujeito e objetivado pela sociedade moderna como fluxo contínuo, exteriorizado e vinculado à produção. O tempo referido é pois, o tempo do totem, do monumento idealizado conforme a natureza social do grupo e feito para durar no próprio tempo.

É precisamente nesse sentido que o monumento reafirma a idéia de objeto, apossado tanto pelo sujeito individual quanto pelo coletivo. Essa relação, entretanto, pode parecer invertida, devido à inconsciência que o indivíduo preserva do monumento ao fazer deste um objeto distante, misterioso, porém categoricamente respeitado, venerado e temido.

Inversamente, quando focalizamos o monumento em sua trans-historicidade, pode-se percebê-lo como um evento historicamente localizado, assinalado por fissuras, falhas e pólos de contradição que atingem os diferentes sujeitos inseridos em sua ambiência.

Quando o concebemos como estrutura capaz de submeter o homem a um determinado estado de veneração, percebemos a morte do diálogo e, conseqüentemente, o estabelecimento de relações mais

¹¹ FREUD, Sigmund. TOTEM E TABU. Paris. Payot, págs 161/168.

¹² Idem.

amplas, de natureza social, política, etc. Mesmo assim, a contradição que lhe subjaz é viva, pois, ao assumir formas e sentidos diferenciados, o diálogo nunca desaparece. Nesse caso, sua morte seria a de natureza política.

Admitimos, então, que o diálogo seja influenciado por elementos infra e superestruturais capazes de lhe imbuir um sentido próprio, modificado. Antes de discutir a respeito da natureza desses limites, cabe-nos indagar, *a priori*, em que medida tal diálogo é expresso em sua forma política verdadeira, ou seja, em que medida tal diálogo é igual a pensamento-ação. A partir dessa matriz política, pode-se estabelecer uma crítica ao monumento-verdade, esvaziando-o de sua aura política, isto é, de seu poder-comover e de sua capacidade de reduzir o diálogo genérico à marginalidade. Com essa chave de análise (ou ao menos com esse cuidado essencial), podemos adentrar o monumento. Ali, em seu interior, é que podemos perceber os limites de uma verdade em escombros.

Por mais conhecidas que tais questões possam ser, vale a pena considerá-las, principalmente, como referência ao tratamento de questões metodológicas afetas ao ato de escavar-historicizar. Esse procedimento, além de afastar juízos primários, reforça a importância da política no tratamento de objetos determinados, particularmente daqueles objetos a que servem à composição de uma totalidade transdisciplinar, não se esgotando no campo de um determinado recorte específico. Vale ressaltar ainda que, em um momento crucial da ciência, onde recortes conceituais disciplinares são gradualmente abalados, a arqueologia não perderia o foco de uma totalidade teórico-metodológica e evitaria, com isso, o esvaziamento não só de seus objetos, mas de suas próprias abordagens enquanto ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHN Paul & RENFREW Colin. **ARCHEOLOGY. THEORIES, METHODS AND PRACTICE**. Madrid. Ediciones Akal S.A 1998. p. 427/455.

BUCAILLE Richard & PESEZ Jean-Marie. **CULTURA MATERIAL**. In: Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa. p. 11/47.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte. Autêntica. 2001.

GIACOIA, Oswaldo Jr. **Nietzche & Para Além do Bem e do Mal**. São Paulo. Jorge Zahar. 2002.

JAMESON, Fredrich. **O Inconsciente Político. A Narrativa como Ato Socialmente Simbólico**. São Paulo. Ática. 1992.

EPSTEIN, Isaac. **O Signo**. São Paulo. Ática. 1997.

VATTIMO, Gianni. **O Fim da Modernidade**; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.